

A categoria docente vai ao paraíso? Precarização profissional, sensibilidades e idealizações no fazer-se professor

Mateus Pinho Bernardes¹

Resenha de: OLIVEIRA, Mariana Esteves de. *“Professor, você trabalha ou só dá aula?”*: Um olhar sobre a história e precarização do trabalho docente. Curitiba: CRV Editora, 2019.

A partir de uma incômoda indagação a obra *“Professor, você trabalha ou só dá aula?”* Um olhar sobre a história e precarização do trabalho docente” investiga o modo como idealizações e a precarização histórica se conjuga nos sujeitos que vivem de lecionar. O livro tematiza o processo de precarização do trabalho docente nas últimas décadas e, em especial, como este passa a ser recentemente engendrado pelo neoliberalismo. Estas análises são feitas par e passo com observações e apreciações dos modos pelos quais os docentes se colocam neste turbulento processo: como rememoram, como registram suas expectativas e frustrações, bem como os impasses entre o individualismo e a luta coletiva. De modo que, a um só tempo, faz um esforço para contemporizar diferentes dimensões do que constitui o *fazer-se* docente. Neste rol, o docente é mapeado através das condições materiais de trabalho, da instabilidade, do adoecimento, da violência e do arrocho salarial e também por suas subjetividades, ao desenvolverem narrativas mistas entre ofício e biografias, nos valores, balanços, frustrações e expectativas sobre a docência.

A obra, resultado da tese de doutoramento de Mariana Esteves de Oliveira, alia a relação entre seu objeto de pesquisa – a precarização docente – com questões pessoais (já lecionou na Secretaria Estadual de Educação de São Paulo (SEE-SP), e é filha de professora da mesma rede), traçando um panorama de extrema relevância para a questão social do educadores brasileiros.

Teoricamente a obra baseia-se no materialismo dialético presentes na historiografia do trabalho e na história social. Desta última sobressai uma ênfase nos conceitos de experiência e consciência de classe, pertinentes à obra do historiador inglês E. P. Thompson. A perspectiva thompsoniana é presente no modo como as pessoas analisam o processo de precarização neoliberal e por como em seus relatos revelam-se fontes das subjetividades docentes. Assim o *fazer-se* enquanto categoria é metodologicamente percebido através de um recorte no estado de São Paulo, para construir um panorama histórico e geracional sobre os últimos setenta anos (e, em especial, as duas últimas décadas) nas vidas de seus docentes. Dada a impossibilidade de estudar os 230 mil professores distribuídos nas mais de cinco mil escolas da SEE-SP, a autora elegeu focar na Diretoria Regional de Andradina (onde reside),

¹ Doutorando em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Mestre em Ensino de História e graduado em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professor de História na EEB Santa Marta, Laguna / Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina. E-mail: mateus.hist@gmail.com.

reduzindo o universo amostral para seis escolas e teve como fonte 128 questionários alcançando um total de 65% do total dos professores que o receberam. A pesquisa ainda contou com três entrevistas realizadas a professores aposentados da mesma regional, como forma de apreender um deslocamento temporal mais alargado (desde o início da década de 1950, período no qual os questionários não cobrem) e analisar através destes diferentes relatos de como os sujeitos analisam suas trajetórias e de sua categoria em um contexto de progressiva precarização.

Dividido em quatro capítulos, o primeiro abre com uma breve incursão sobre a profissão docente (vale lembrar, a partir de estudiosos da pedagogia, e não da História) e o imaginário a ela associado. Ao longo dos exemplos, mapeia a ideia de que os professores seriam privilegiados dada a natureza intelectual de sua profissão, em contraposição ao trabalho pesado, braçal. Contudo, esta idealização do ofício docente não encontra materialidade ao longo da história: a condição docente sempre foi permeada de oscilações entre a pobreza, a desvalorização e uma chamada vocação. Ou seja, o passado docente sempre fora mais idealizado do que realmente se apresentou historicamente.

Oliveira faz um importante movimento no intento de demonstrar que os docentes são sujeitos históricos do mundo do trabalho. A autora expõe muito bem como, de fato, enquanto trabalhador – e aqui reside uma marca de seu estudo – os professores sempre se mantiveram à mercê de crises e sua valorização e reconhecimento social é variável historicamente. Neste capítulo a autora dialoga com autores das Ciências Pedagógicas e da Sociologia da Educação acerca da condição docente. Esta escolha parte da constatação da ausência de estudos do campo da História sobre professores. Ainda que a historiografia do trabalho tenha se ampliado nas mais diversas fontes, abordagens e categorias profissionais para além do chão da fábrica (*call centers*, bancos, portos, etc) esta análise não foi realizada no “chão da sala de aula”. É deste modo que Oliveira aponta o ganho teórico de se analisar o desenvolvimento do capitalismo brasileiro em consonância com seus efeitos na escola pública e na luta docente – a partir da História. Parte da originalidade do seu trabalho vem do objetivo de constituir uma *história social dos professores paulistas*, em um “diálogo entre as estruturas e as pessoas de carne e osso, as suas condições materiais e suas subjetividades, os processos históricos e as experiências” (p. 55).

No capítulo dois, Mariana de Oliveira analisa a precarização através dos salários, jornadas e contratos. A perspectiva é de que os três elementos integrados, compõem o que Orlando Jóia chama de “tripé” da precarização docente. A desvalorização docente ocorre pela atrofia de seus salários, na medida em que apresentam o que podem contar para garantir sua sobrevivência. Ainda que alguns autores insistam que é difícil mensurar cronologicamente essa desvalorização, ela pode ser constatada tanto comparativamente com outros países, quanto em relação a outras profissões que exigem nível superior de ensino (dados de 2006 apontam que um advogado e um dentista ganhavam em média três vezes o salário docente da educação básica, e ainda que possuam o mesmo tempo de carreira, um jornalista, arquiteto ou farmacêutico chegavam a ganhar mais que o dobro de um professor (p. 97).

Nos questionários constatou-se empiricamente que os professores calcularem essa defasagem salarial através de equivalência de seu rendimento e múltiplos do salário mínimo: “Era bom. Dava cerca de 15 salários mínimos. Hoje é bem menor. Preciso vender Avon, dar aulas em outras secretarias”. Nos questionários, 87,5% dos questionários confirmam a constatação anterior, afirmando que o poder de compra caiu, se desvalorizou. Registra-se ainda que a situação financeira dos professores de Andradina supera numericamente a média de endividamento nacional. O aumento das jornadas de trabalho é naturalizado como alternativa para compensar a defasagem salarial. Com efeito drástico na qualidade das aulas (uma vez que o aumento de turnos trabalhados, instituições diferentes, quando não outras redes ou mesmo outros tipos de trabalho), prejudica o planejamento e acumula funções, levando a uma intensificação do trabalho docente tanto dentro, quanto fora da escola.

Fechando o tripé de precarização, os contratos de trabalho acrescentam o componente de profunda instabilidade aos docentes. Se as jornadas são extensas e o pagamento é deficitário, para os professores com determinados contratos (a categoria “O” da SEE-SP), a instabilidade de meses impostos de desemprego faz parte de suas realidades. Para além das consequências já expostas neste quadro, a estafante carga de trabalho, aliada à instabilidade contratual e salários defasados, gera impacto na qualidade das aulas lecionadas. Se não há tempo suficiente para reflexão da prática docente nem pra planejamento, tanto os professores em relação com seu trabalho quanto os estudantes saem prejudicados. Como pode se imaginar, não é acidental que poucos sejam os jovens interessados em se tornarem professores e que no Estado de São Paulo, segundo a pesquisa levantada por um periódico, ocorram diariamente oito exonerações e três mil anuais.

No terceiro capítulo desdobramentos da precarização se expressam inicialmente pela política de avaliação de professores, em que se aplica em provas anuais de seleção dos professores temporários, avaliação para progressão na carreira (limitada aos 20% mais bem colocados), provas institucionais sobre a aprendizagem discente. O texto aborda principalmente a política e bonificação dos professores – e o quanto ela incentiva o individualismo e a fragmentação da categoria, na medida que é um suposto bônus dado pela produtividade. Os docentes indagam que a própria existência do bônus é motivo para afirmar que ele poderia ser redistribuído a todo o magistério, o que é uma mostra de que se houve fragmentação da categoria nas subdivisões contratuais, a política de bonificação não encontrou a aprovação dos docentes, o que pode demonstrar um aspecto de solidariedade entre a categoria e que a economia moral dos trabalhadores não se limitam a questões financeiras (ainda que esta seja tão sofrível).

As questões relacionadas à violência demonstram um clima de insegurança entre os professores e um agravante em sua saúde emocional. A autora cita um dado do Dieese de 2006, que afirma que por conta da violência, 34% dos professores se sentiam inseguros e consideravam abandonar o ensino. A violência está ligada à perda de reconhecimento social que se revela como grande frustração para a maioria dos entrevistados: somente 14% do entrevistados dizem gozar de respeito da sociedade em geral. Há também um componente levantado sobre a diminuição de

agentes escolares públicos, como inspetores de alunos (substituídos pela vigilância terceirizada que preza pelo patrimônio escolar e é alheia à indisciplina dos estudantes), o que aumenta os problemas com que problemas precisam lidar e que impingem funções que não as suas: *“Disciplina não deve ser delegada ao professor, este deve ter condições para desempenhar seu papel de docente. Disciplina deve ser dispensada ao profissional da área”* (p. 164).

A intensificação do trabalho docente, já exposta, tem profunda relação na questão do adoecimento da categoria. É notável que os três professores aposentados entrevistados, que dizem não ter vivido este problema em sua época. Entre os 128 entrevistados, os 34 docentes (26,5%) que afirmaram que não tiveram problemas de saúde possuem menos de três anos no magistério. Ao passo que 90 informaram ter recorrido à Licença-Saúde na SEE-SP (70,3%), e dentre os que se ausentaram por doenças, 55 atribuem seu mal-estar docente às condições de trabalho; o absenteísmo aparece em mais de 40 relatos como um modo de recuperar horas de sono e descansar. Alguns vão no sentido de ser necessário *“dormir, ficar em casa descansando com a família, relaxar e esquecer das aulas da semana que passou”* (p. 171).

Neste capítulo Mariana alerta sobre a necessidade de entender os docentes em suas visões de mundo, forjadas em seu cotidiano e ao longo de seu formar-se, durante a resistência docente e suas memórias de greves. Nesse movimento, torna-se verificável o quanto os professores, tais como outros trabalhadores, são eivados de contradições, avanços e recuos em suas trajetórias enquanto categoria. É assim que se pode apreender os sujeitos reais, não-idealizados, que não necessariamente correspondem a uma imagem de docente/intelectual portador de uma razão social/espírito crítico de resistência pois uma vez que também são submetidos à fragmentação, à competição e ao individualismo do ideário neoliberal, resulta incredulidade e entraves para se olhar o estrutural e perceber o além do imediatismo. A autora combina reflexões de reconhecimento de sujeitos que sofrem a precarização ainda na formação inicial, marcada pela lógica capitalista dificultando uma atuação política reflexiva e aspectos geracionais, com distinções geracionais entre docentes da década de 1970 e educadores pós-1970: uma vez que o primeiro grupo, originário das classes médias tornava-se espécie de vanguarda da luta sindical haja vista a perda material e de status profissional, o segundo de origem popular, estava por outro lado ascendendo socialmente pela profissão ainda que em fluxo de constante precarização. Uma categoria permeada logo de clivagens; que pode identificar-se pela alcunha de “tia” nas séries iniciais; ou pelo compromisso histórico e ético de transformação social nos ideais de Paulo Freire. Se esta categoria tão complexa em geral relembra das greves negativamente – haja vista a repressão do Estado – ao menos discursivamente ela reivindica laços de solidariedade entre seus membros.

O quarto capítulo, composto principalmente por questões em aberto dos questionários, revela maiores dimensões subjetivas dos docentes a partir da razão da escolha pela educação, as percepções sobre o que é ser professor na SEE-SP e as mudanças observadas nesta face à precarização. Ponto importante neste capítulo é o fato de que muitos professores reconhecem e descrevem as péssimas condições de trabalho (91% dos entrevistados), mas conservam uma visão romântica e idealista sobre seu meio de vida: predomina na maioria dos entrevistados que a docência não

é um trabalho, mas uma vocação ou missão. O tema é tratado enquanto peculiaridade docente – algo característico da profissão, tal qual outros elementos e jargões se aplicam a outros ofícios.

A sensibilidade e mérito de Mariana de Oliveira está em fazer este mergulho na atividade docente, não para julgá-la por suas supostas inconsistências ou falhas, mas antes para compreender como esta carreira vê a condição a que se lhe impuseram e que perspectivas estes sujeitos possuem. É o modo refinado em que a autora alia as contribuições teóricas de E. P. Thompson sobre a formação da classe à nível de consciência – aqui, uma categoria profissional – para compreenderem-se, o que nos termos de Marx, seriam as *condições subjetivas* necessárias à transformação social da realidade. Pois bem, nestas análises a autora desenvolve uma consideração imprescindível: a de que a precarização docente não é algo limitado à questões materiais, financeiras, pois, ainda que estas sejam fundamentais, a precarização também ocorre em nível emocional, pelo sofrimento e desesperança dos professores proletarizados. Nesse sentido é que, aliado ao pessimismo unânime, é o desinteresse e a apatia dos estudantes que os docentes irão associar à mudança mais significativas dos últimos anos. Será este o maior problema da precarização? Certamente não é o único. O fato é que se constata quantitativamente uma predisposição para a realização de si *no outro* – a partir a dimensão da docência como vocação ou missão, o que também ocorre em virtude das formações voltarem-se aos conhecimentos e técnicas relacionadas à metodologias de ensino e quase não levar em conta a dimensão social do trabalho docente.

Recomendo com firmeza a leitura do livro da historiadora. É uma obra exitosa em retratar as subjetividades docentes e a precarização enquanto processo histórico engendrado que se escancara com as políticas neoliberais. Ela vem a calhar também no sentido de superar uma lacuna pela qual o campo da História se absteve de enfrentar: a dura realidade da prática docente. Esta condição apenas tangencialmente é analisada pelas categorias de saberes docentes e pela área do Ensino de História, o que faz com que a proposição da constituição de uma história social docente ofereça novo fôlego no sentido renovação de estudos sobre a constituição e o *fazer-se* docente no Brasil. Para além das contribuições historiográficas, o livro é também indicado a todas e todos docentes, uma vez que as situações dos educadores de Andradina provocam a quaisquer professor a possibilidade de refletir acerca de sua realidade profissional, e de igual maneira, a todos cursos de licenciatura, como um modo de antecipar-se à sala de aula de maneira menos ingênua e idealizada. Até porque em uma conjuntura de crescentes ataques à educação – nos afastando ainda mais de qualquer “paraíso possível” – a leitura desta obra contribui para explicitar que não apenas os educadores são trabalhadores, mas que a luta é parte integrante do trabalho docente e é, mais do que nunca, necessária.

Resenha recebida em 19.5.2020

Aprovada em 23.6.2020